

MARXISMO, DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO

Isabel Maria Loureiro *

Rosa, apesar das ressalvas, não é contra os soviets, nem mesmo no período de transição. O que ela recusa é a substituição do parlamento pelos soviets, vistos como os únicos e verdadeiros representantes das massas trabalhadoras.

Em *História e consciência de classe* há dois ensaios exclusivamente dedicados a Rosa Luxemburg: "Rosa Luxemburg marxista", de janeiro de 1921, e "Observações críticas sobre a *Crítica da revolução russa* de Rosa Luxemburg", de janeiro de 1922. Apenas a eles me referirei aqui. No primeiro, Lukács mostra que Rosa se distingue do marxismo determinista da IIª Internacional graças à sua concepção dialética do desenvolvimento social, fundada no conceito de totalidade concreta. Analisando as obras de economia política de Rosa Luxemburg, *A acumulação do capital* e a *Anticrítica*, enfatiza o elo indissolúvel entre os problemas ideológicos e econômicos, entre consciência e ser o que, para ele, constitui precisamente o núcleo do materialismo histórico. Se Rosa, contrariamente aos seus críticos "oportunistas", não perde de vista a revolução proletária, isso deve-se precisamente ao ponto de vista da totalidade, que lhe permite ver as tendências do capitalismo em direção ao seu fim. Ou seja, Lukács enfatiza aqui os aspectos dialéticos na obra de Luxemburg.

Já no segundo ensaio, ela é censurada por não ser suficientemente dialética nas suas famosas notas críticas contra os bolcheviques, publicadas com o título de *A revolução russa*. De-

vemos então nos perguntar: Rosa deixou de ser dialética ou Lukács mudou de ponto de vista? No que consistiria essa alegada insuficiência dialética? Para entendermos a questão precisamos acompanhar com algum detalhe os passos dados por ele no segundo ensaio.

O fundamento de todas as suas críticas a Rosa é o seguinte: ela "imagina a revolução proletária segundo as formas estruturais das revoluções burguesas" (p.438/296)¹, por superestimar o "caráter orgânico do desenvolvimento histórico" (p.429/289). Em contrapartida, o próprio Lukács veria a revolução proletária como um processo radicalmente novo, sem nada de orgânico, que não pode ser comparado à transição do feudalismo ao capitalismo e que, por isso mesmo, exigiria formas de representação totalmente novas, os *soviets*. Já Rosa, segundo Lukács, com a sua visão organicista da história, teria superestimado as "forças espontâneas, elementares, da revolução" (p.431/291), equívoco que a levou a criticar a dissolução da Constituinte, a tomar posição contra os soviets e a favor do parlamento no período de transição, a criticar a abolição dos direitos políticos da burguesia, a criticar a falta de liberdade e o terror na Rússia revolucionária, numa palavra, a ter uma visão pouco realista das dificuldades revolucionárias no período de transição. Nisto consiste, resumidamente, a crítica.

Embora, como ele reconhece, Rosa descarte a transição pacífica para o socialismo, a violência que ela defende só se refere ao *negativo*, à eliminação de obstáculos (destruição da propriedade privada e aniquilamento da contra-revolução burguesa), e não à construção do socialismo. Cita Rosa: "O sistema social socialista não deve e nem

pode ser senão um produto histórico, nascido da própria escola da experiência (...) que, exatamente como a natureza orgânica, da qual faz parte em última análise, tem o belo hábito de produzir sempre, junto com uma necessidade social real, os meios de satisfazê-la, ao mesmo tempo que a tarefa a realizar, a sua solução." (p. 92)²

Lukács considera essa maneira de enfrentar o problema do socialismo totalmente não dialética, procedimento difícil de compreender numa "pensadora dialética tão grande". Seria não dialético separar medidas positivas e negativas, ainda mais imediatamente após a tomada do poder. Na sua análise, a postura organicista de Rosa consistiria assim numa espécie de "adaptação ideológica" do capitalismo ao socialismo, ou melhor, numa "transição orgânica ideológica ao socialismo" (p.431/290), revelada "na dogmática convicção" de que junto com o problema vem a solução.

Isto posto, analisemos agora rapidamente a posição de Rosa em relação aos soviets para ver se a crítica procede. Antes de mais nada, em *A revolução russa*, ao atacar o direito de voto só para quem trabalha, ou seja, ao criticar a dissolução da Constituinte, ela não está defendendo a democracia abstrata, como pretende Lukács, mas simplesmente se opondo à privação de di-

(*) Prof. do Depto. de Filosofia da UNESP - Marília.

1. George Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, Darmstadt, 1988. O primeiro número é o da página desta edição, o segundo o da tradução espanhola, Barcelona, Grijalbo, 1975.

2. Para citações de Rosa Luxemburg, utilizei a minha tradução, publicada com o título de *A Revolução russa*, Petrópolis, Vozes, 1991.

*Como vemos, Luxemburg identifica
democracia e ditadura do
proletariado, a qual consiste na
"maneira de aplicar a
democracia" (p.95), não de
suprimi-la.*

reitos políticos de vastas camadas da pequena burguesia e do proletariado (e não apenas da burguesia), conseqüência da desorganização econômica da sociedade russa naquele momento, em que grande parte da massa trabalhadora se encontrava desempregada.

Contudo, é preciso enfatizar, Rosa, apesar das ressalvas, não é contra os soviets, nem mesmo no período de transição. O que ela recusa é a substituição do parlamento pelos soviets, vistos como os *únicos e verdadeiros* representantes das massas trabalhadoras. Em nenhum momento do texto é dito que os soviets deveriam ser abolidos e substituídos pelo parlamento. Os dois sistemas podem perfeitamente conviver, ambos contribuirão para o enriquecimento da vida política das massas. Aliás, numa nota à margem, escreve: "Tanto os soviets como espinha dorsal, quanto a Constituinte e o *sufrágio universal*." (p.90) Sabe-se que durante a revolução alemã, por razões conjunturais, isto é, por ver que todas as forças conservadoras se arregimentavam sob a bandeira parlamentar, ela muda de posição, passando a defender os conselhos contra a Constituinte. O que não significa, de maneira nenhuma, que Rosa tenha aderido ao bolchevismo, como sugere Lukács no fim do ensaio (entre outras coisas, ela teria mudado suas opiniões anteriores sobre a estrutura e função do partido revolucionário, ou seja, teria percebido a necessidade de um partido centralizado) e como afirmam os comentaristas da antiga Alemanha oriental.

A interpretação de Lukács (de que para Rosa a revolução socialista consistiria numa "transição ideológica orgânica ao socialismo") é equivocada e unilateral. Basta lembrar que Rosa, admiradora entusiasta do *Dezotoito Brumário*, sempre distinguiu a revolução proletária da revolução burguesa, tema a que continuamente faz referência nos mais diversos momentos da sua obra, inclusive em *A revolução russa*. Neste texto, aliás, ironiza continuamente os social-democratas que criticam os bolcheviques por não terem primeiro alcançado a maioria, dizendo que eles "trans-

põem para a revolução a sabedoria caseira do jardim de infância parlamentar: para fazer alguma coisa é preciso ter antes a maioria. Portanto, o mesmo para a revolução: conquistemos primeiro a 'maioria'. Mas a dialética real das revoluções inverte esta sabedoria de toupeira parlamentar: o caminho não conduz da maioria à tática revolucionária, ele leva à maioria pela tática revolucionária." (p.71) Entretanto, a defesa da tática revolucionária dos bolcheviques não implica necessariamente a defesa da ditadura do partido e do terror, que é a posição de Lukács.

Chegamos finalmente ao que ele considera a última manifestação do organicismo de Rosa, a diferença feita por ela (no *Programa da Liga Spartakus*) entre violência e terror, ditadura do partido e ditadura da classe, distinções equivocadas que culminariam na defesa abstrata da liberdade como "a liberdade dos que pensam de maneira diferente". Para Lukács, em contrapartida, a liberdade não pode ser vista como um valor em si: "*A liberdade tem que servir à dominação do proletariado e não o contrário*." (p.450/305) E para levar a cabo tal tarefa, considera que só um partido como o bolchevique (partido de quadros, centralizado) é capaz de mudanças táticas abruptas, "mantendo ao mesmo tempo intacta a essência, o domínio do proletariado". Todas as outras correntes do movimento operário têm uma "atitude contra-revolucionária". Numa frase lapidar, sintetiza seu pensamento: "Aqui há uma linha direta que vai de Kornilov a Kronstadt." (id)

O curioso, e Lukács não faz alusão a isso, é que a recusa do terror por parte de Rosa funda-se precisamente na idéia da diferença entre a revolução burguesa e a proletária: esta "não combate indivíduos, mas instituições", "Não é a tentativa desesperada de uma minoria de moldar o mundo à força, de acordo com o seu ideal, mas a ação da grande massa dos milhões de homens do povo" (p.103), o que tornaria supérfluo o "terror" e o "assassinato".³

Mas não a violência revolucionária, imprescindível para "quebrar" "as resistências" da contra-revolução "com mão de ferro e uma brutal energia" (p.104). Em termos concretos, significa armar o povo e desarmar as classes dominantes, organizar a massa proletária para exercer "vigilância e constante atividade", pois "A luta pelo socialismo é a mais prodigiosa guerra civil conhecida até hoje pela história do mundo" (p.105), e o proletariado precisa preparar-se para

vencê-la. Na brochura sobre *A revolução russa*, Rosa Luxemburg também apoia explicitamente "todas as medidas de pressão para quebrar com mão de ferro a resistência" (p.89) dos que boicotam a revolução, dizendo que "a ditadura socialista (...) não deve recuar perante nenhum meio de coerção para impôr ou impedir certas medidas no interesse da totalidade." (p.90) Ela recusa-se a ver que, de fato, a fronteira entre "quebrar com mão de ferro a resistência" e o "terror" é tênue ou inexistente⁴. Mas essa falta de "realismo" é uma característica tipicamente sua.

Rosa volta-se contra o terror por entendê-lo não só moralmente repugnante, mas também inútil: a participação ativa de "toda a massa do povo", a "iniciativa das massas em lugar da inércia", "idealismo", "a mais ampla e ilimitada democracia" (p.92-93) são o único meio de coibir o aviltamento da sociedade, decorrente da dissolução da ordem burguesa. O terror é uma espada de dois gumes, ou mesmo uma espada sem fio: "a mais draconiana justiça militar" não só é impotente contra explosões lumpenproletárias da sociedade, como acaba sufocando a própria energia revolucionária: "todo regime de estado de sítio que se prolonga leva invariavelmente ao arbítrio, e todo arbítrio tem um efeito depravante sobre a sociedade." (p.94) Em suma, considera o terror impotente ou perigoso para a revolução e, nesse aspecto, afasta-se dos bolcheviques.

Em contrapartida, Lukács, que, nessa altura, já aderira à teoria leninista do partido⁵, acaba justificando a política dos bolcheviques na URSS e a política da Internacional Comunista, que a direção do KPD, naquele mo-

3. O seu repúdio ao terror baseia-se num fato concreto: quando, em julho de 1918, os socialistas revolucionários de esquerda tentaram derrubar o governo soviético, os bolchevites reprimiram duramente essa tentativa de golpe, executando 200 reféns (ver carta de Rosa Luxemburg a Luiso Kausky, 25.7.1918 e *A Revolução russa*, p. 83, 96).

4. É a opinião de Roland Holst, que considera a posição de Rosa Luxemburg em relação ao terror incogruente. Explica que essa recusa baseava-se na idéia de que a revolução realizava os mais altos ideais do homem e "sua nobre manchada por desejo de vingança e ações sanguinárias." Wirken, Zurique, Jean-Christophe, p. 191). Também Flechtheim, no seu *Rosa Luxemburg zur Einführung* (Hamburgo, Junius, 1986) observa que Rosa queria uma revolução sem violência, coisa impossível naquele tempo e naquele país (Cf. p. 69, 74).

5. Cf. Michel Löwy, *Marxisme et romantisme révolutionnaire*, Paris, Le Sycomore, 1979, p. 158-161.

Nesse sentido, Rosa está muito longe de ser defensora da democracia como valor universal ou consenso da maioria.

mento, seguia à risca⁶. Contra tal exaltação do partido, Rosa reivindica inteira liberdade para a classe operária, isto é, a ditadura da classe e não a do partido sobre a classe: "ditadura da classe, isto significa que ela se exerce no mais amplo espaço público (*in breiter Offentlichkeit*), com a participação sem entraves, a mais ativa possível das massas populares, numa democracia sem limites." (p.95)

A ditadura da classe, "a verdadeira democracia" (p.105), quer dizer, a "dominação de vastas camadas populares" (p.90) só será efetiva se houver liberdades democráticas: imprensa livre, direito de associação e reunião. Apenas no interior de uma vida política inteiramente livre, "toda a massa do povo" pode educar-se, formar-se. Nesse sentido, ela critica o que denomina de concepção "simplista" de Lenin sobre o Estado, qual seja: assim como o Estado burguês não serve senão para oprimir as massas, o Estado socialista seria também apenas um instrumento de coerção sobre a burguesia. Contra tal "teoria" lembra Rosa, com muita pertinência, que enquanto a dominação da burguesia não requer a formação nem a educação política da massa, "Para a ditadura proletária esta educação é o elemento vital, o ar sem o qual não pode viver" (p.90).

Como vemos, Luxemburg identifica democracia e ditadura do proletariado, a qual consiste na "maneira de aplicar a democracia" (p.95), não de suprimi-la. Esta permite ao proletariado intervir energeticamente na vida política, modificando os direitos adquiridos e as relações econômicas da sociedade burguesa. Em outras palavras, a ditadura só pode ser "obra da classe e não de uma pequena minoria em nome da classe" (p.95). Já os bolcheviques (aliás, como Kautsky), ao separarem ditadura e democracia, acabam-na convertendo na ditadura de "um punhado de políticos, isto é, uma ditadura no sentido puramente burguês, no sentido da dominação jacobina" (p.94).

Entretanto, ela toma cuidado para se distinguir tanto dos bolcheviques quanto dos liberais, no que toca a essa questão. Não ser "idólatra da democracia formal" (p.95), como quer Trotski, significa saber diferenciar, sob a igual-

dade e a liberdade formais, a desigualdade e a exploração sociais: "Não há democracia quando o escravo assalariado se senta ao lado do capitalista, o proletário agrícola ao lado do *Junker*, numa igualdade falaciosa, para debater seus problemas vitais de forma parlamentar." (p.105) O que não implica rejeitar as liberdades burguesas, mas "incitar a classe operária a não se contentar com o invólucro, incitá-la a conquistar o poder político para preenchê-lo com um conteúdo social novo." (p.95-96)

Nesse sentido, Rosa está muito longe de ser defensora da democracia como valor universal ou consenso da maioria. Embora considere que a vitória da revolução está intrinsecamente ligada ao apoio da maioria do proletariado, esta maioria não é previamente dada, mas conquistada como resultado da ação política, sindical e da tática revolucionária. Em outras palavras, a sua defesa da liberdade não indica uma volta ao liberalismo, como pretende Lukács, mas um elemento fundamental para a constituição de uma *Offentlichkeit*, de uma *öffentliche Meinung* no sentido atribuído por Negt de *proletarische Offentlichkeit* ("espaço público proletário" ou "esfera pública proletária"), onde inexiste "o mecanismo de exclusão, típico da esfera pública burguesa, mediante o qual se excluem dos interesses públicos, enquanto esferas privadas, tanto algumas esferas essenciais da vida quanto esferas como a da produção e da socialização (da educação)."⁷

Negt tem razão ao dizer que enquanto para Lukács a totalidade está encarnada empiricamente no partido, para Rosa, em contrapartida, o fundamento da concepção de totalidade se encontra no "espaço público proletário", onde o proletariado faz os mais variados tipos de experiência, onde há mutabilidade. Essas experiências múltiplas podem encarnar-se no partido, nos sindicatos, nos conselhos: não haveria uma forma única, rigidamente determinada, na qual a consciência de classe estaria para sempre representada, uma vez que a luta de classes, no seu movimento, levaria a incessantes modificações das formas organizatórias. E uma dessas formas são precisamente os conselhos. Pode-se ver portanto que Lukács chama de organicismo à concepção socialista democrática de Rosa, estabelecendo assim uma polémica no interior do livro, se compararmos este ensaio com o primeiro.

Em "Rosa Luxemburg marxista", contrariamente ao ensaio que acabei de examinar rapidamente, Lukács identifi-

ca-se com o pensamento de Rosa, tanto no plano metodológico (categoria da totalidade) quanto no político (relação partido/massas). Aqui, fiel discípulo de Rosa, mostra a circularidade entre consciência e ação: a consciência cria-se na luta e a luta é, por sua vez, produto da consciência. Mas porque a consciência de classe permanece "teórica e latente" na maior parte do tempo, o partido surge como figura necessária para intervir na prática. E partido é aqui entendido, segundo a concepção luxemburguista, mais como resultado que como pressuposto do processo revolucionário. Ou seja, não é uma instância externa à classe, mas nasce e se alimenta das lutas espontâneas da classe. Ou, como queria Rosa, o partido "é o próprio movimento da classe operária".

Justamente por isso, o partido não pode substituir a classe. Em períodos de refluxo, só resta à vanguarda uma espécie de *attentisme* ativo, até que a classe se recomponha. Posição desde sempre defendida por Rosa, cujo contraponto bolchevique é cristalino. Os bolcheviques — realistas políticos —, em virtude da conjuntura adversa, viram-se forçados a substituir a classe operária, com o que Rosa jamais teria concordado. Mas então, do seu ponto de vista, o que restava à vanguarda? *Esclarecer, agitar e esperar* as massas chegarem autonomamente à consciência de classe ativa. *Esperar* porque não se pode forçar o curso da história. *Esclarecer e agitar* porque se deve forçar o curso da história. Este é o dilema constante de Rosa Luxemburg, o problema vital a que sua obra teórica e sua ação política procuraram dar resposta. Dito de outra maneira, toda a sua obra é uma tentativa de entender a relação

6. Em janeiro de 1919, foi fundada a Internacional Comunista (Komintern) e o KPD passou a ser uma das suas seções. A grande maioria do KPD aprovada as 21 condições para admissão na IC, adotadas no II Congresso em 1920, acreditando impedir assim a repetição da catástrofe de 1914, com a IIª Internacional. Entre o verão de 1920 e a primavera de 1921 ocorre a primeira etapa de bolchevização do KPD, que se torna mais aguda a partir de 1925, quando a IC, no seu V Congresso obriga a todos os partidos membro a seguirem o "lenismo" (ver Flechtheim, *Le KPD sous la République de Weimar*, Paris, Maspero, 1972, e também o pasfácio de Hermann Weber comunista alemão, ver, além de Flechtheim, Angela Mendes de Almeida, *Les rapports entre communistes et social-démocrates*, tese de doutorado, 1980; da mesma autora, ver também, *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*, São Paulo, Brasiliense, 1982).

7 Oskar Negt, *Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo*. In: Hobsbawn, *História do marxismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, vol. 3, p. 45-48.

entre a consciência e o processo objetivo da história ou, em outras palavras, a relação entre teoria e prática. É esse núcleo posto em relevo de forma tão perfeita no ensaio "Rosa Luxemburg marxista" que permite a Lukács fazer uma leitura iminente da obra de Rosa. Nessa medida, os seus limites nesse ensaio são os limites da própria Rosa. Já em "Observações críticas" a leitura é exterior. As idéias de Rosa são medidas com o metro do leninismo sendo, por isso, encaradas como organicistas, quando, na realidade, não só continuam tão dialéticas quanto antes, como tão democráticas quanto antes.

Mas, por que Lukács teria abandonado a sua anterior concepção democrática de partido e, por conseguinte, de revolução socialista? Em parte, a sua mudança de perspectiva talvez possa ser explicada pelo fracasso do spartakismo na revolução alemã. Ele certamente percebeu os limites da teoria política de Rosa, segundo a qual a ação das massas cria as próprias organizações e permite o desenvolvimento da consciência de classe, processo em que seriam resolvidos os problemas da tomada do poder e do que fazer com ele após a vitória. A ação supriria planos, organiza-

ção, falta de clareza sobre as tarefas a cumprir. Isto é, à medida em que os problemas surgem, com eles nascem as respostas, desde que exista total liberdade de movimento para as massas. Talvez por considerar que essa teoria era responsável pelo fracasso dos spartakistas, Lukács adota a concepção leninista de partido, *mais eficaz se considerada do ponto de vista da técnica revolucionária*. Em outras palavras, Lukács deu-se conta de que há no pensamento de Rosa uma tensão não resolvida (porque não resolvida na realidade) entre o objetivo final revolucionário e a prática reformista da classe operária.

Ele pensa encontrar a solução teórica para esse problema na teoria leninista do partido de vanguarda. O partido passa a ser a mediação entre a consciência empírica (consciência latente) e a consciência racional, "atribuída" (consciência ativa), ou, em outras palavras, o partido passa a ser a mediação entre a teoria e a praxis. Já em Rosa a mediação não é feita pelo partido, mas pela própria classe, com as suas múltiplas formas de expressão, única maneira de garantir a democracia. Para ela, pior que uma revolução fracassada, era uma revolução traída, em que uma "clique"

governa "e a elite do operariado é convocada de tempos em tempos para reuniões, com o fim de aplaudir os discursos dos chefes e de votar unanimemente as resoluções propostas" (p.94).

Podem-se concluir portanto que não foi Rosa quem deixou de ser dialética, mas sim Lukács quem passou do luxemburguismo ao leninismo, ou seja de uma concepção da política revolucionária em que as massas estão no centro, para uma outra em que o partido ocupa o primeiro plano. Nesse sentido, o segundo ensaio de Lukács sobre Rosa inauguraria o que, numa *boutade*, poderíamos chamar de "marxismo oriental". Faço minhas aqui novamente as palavras de Oskar Negt, segundo o qual "esta primeira crítica a Rosa Luxemburg mostra já os germes do marxismo degenerado em ciência legitimadora; (...) interessa-lhe mostrar, utilizando o exemplo de Rosa Luxemburg, a justeza do leninismo." (p.42) Precisamente o que faziam os comentadores de Rosa na ex-Alemanha comunista. E nesse sentido talvez não seja exagero dizer que tanto o "marxismo ocidental" quanto o "marxismo oriental" encontram sua origem em *História e consciência de classe*.